

## **O conceito da diferença e suas possibilidades analíticas: as implicações do turismo no modo de vida dos lapinhenses.**

### **Introdução**

A proposta deste artigo é a elaboração de uma base argumentativa para fundamentar a hipótese de que através do conceito da diferença é possível compreender os conflitos da/*na situação de fronteira*<sup>1</sup>, na perspectiva da análise do trabalho no modo de vida dos lapinhenses. A discussão aqui proposta pertence a uma pesquisa mais ampla, ainda em desenvolvimento, que possui dois objetivos principais. Num âmbito amplo, o objetivo é elaborar um caminho reflexivo que dê conta do conceito em sua totalidade, no sentido de discernir, sem fragmentar, os processos abstratos e concretos da pesquisa. Trata-se nesta perspectiva, de enfatizar a importância da teoria e dos conceitos nos processos reflexivos que se propõem a compreender a prática social, portanto espacial. De forma mais específica, o objetivo da pesquisa é analisar as implicações do turismo no modo de vida dos lapinhenses. É este o contexto reflexivo no qual se insere este artigo.

O contexto empírico deste artigo refere-se ao povoado da Lapinha. Lapinha é um povoado do município de Santana do Riacho localizado no estado de Minas Gerais, Brasil. O povoado está distante 150 km da capital mineira e possui aproximadamente 400 moradores. Apesar de relativamente próximo à Belo Horizonte, até meados da década de 90, Lapinha esteve em certa condição de isolamento em relação aos processos urbanos e ao modo de produção capitalista como um todo. Ressalta-se aqui, que somente depois de meados da década de noventa, com a “abertura” da estrada até o povoado, que os processos de modernização “alcançaram” Lapinha com uma intensidade até então inédita. O único distrito do município de Santana do Riacho, o distrito da Serra do Cipó, está localizado no km 96, estendendo-se ao longo da MG-010.

O distrito da Serra do Cipó tem um papel importante para compreendermos o percurso do turismo em Lapinha. O turismo neste distrito teve seu “marco” em 1982 com o asfaltamento da MG 10 até o pé da serra. Desde então, o distrito da Serra do Cipó recebe fluxos intensos de turistas todos os finais de semana e temporadas. Sobretudo, recentemente com a facilitação do acesso a partir das obras na Linha Verde. Em termos de “presença” do modo de produção capitalista no espaço, o distrito de Santana do Riacho encontra-se em um “estágio” muito mais avançado que Lapinha. Observando o distrito, é difícil perceber o que permanece no espaço em termos de sua história “pregressa”. Em meio a tantos automóveis, lan houses, shoppings, lojas de conveniência e tantos outros “aparatos” do modo de produção capitalista, torna-se difícil perceber as continuidades de outro modo de produção do espaço. Assim como em tantas localidades que vivem e sobrevivem ao crescimento do turismo, o distrito da Serra do Cipó, devido à sua “modernização” deixou de ser atrativo para aqueles turistas que são guiados pelo imaginário do exótico resguardado na natureza selvagem. Trata-se aqui do que Lefebvre chama de “simulação da vida natural”<sup>2</sup>. É aí que Lapinha aparece como possibilidade para estes turistas.

Lapinha é um povoado pequeno, que possui um arruamento simples, constituído basicamente de duas vias principais. Até a década de 90, o povoado contava com um número reduzido de casas, sendo os moradores, predominantemente, aparentados entre si. Com o crescimento da atividade turística, este contexto transformou-se rapidamente. A maioria dos lapinhenses vendeu muitas parcelas de terras, e a eles foram se juntando

---

<sup>1</sup> Esta expressão, utilizada por Martins (1997), será discutida mais adiante neste artigo.

<sup>2</sup> LEFEBVRE (2007, capítulo 6: 01).

os “urbanos”. Inicialmente as pessoas externas à comunidade, sobretudo oriundas da região metropolitana, construíram suas “casas de campo”. Foi neste momento, que as relações capitalistas de trabalho começaram a constituir o espaço da Lapinha, de maneira mais generalizada. É este o contexto dos conflitos sobre os quais pensaremos neste artigo.

### **Turismo, espaço abstrato e diferença: os conflitos da/na fronteira**

Para se pensar o turismo, consideramos que negligenciar a generalidade de seus processos, isto é, sua inserção na lógica ampla de produção/reprodução capitalista do espaço em prol da celebração de sua possibilidade em termos de desenvolvimento sustentável, é um tanto quanto ingênuo. O turismo não escapa a lógica da mercadoria e é importante estar atento a isto. Desta forma, como sugerido por Ouriques, o turismo deve ser estudado no contexto da mercantilização de muitos aspectos da vida, da apropriação dos espaços por parte do capital<sup>3</sup>.

Na discussão sobre as contradições do *espaço abstrato (produzido pelo capitalismo)*<sup>4</sup>, ao ressaltar a contradição quantidade-qualidade<sup>5</sup>, LEFEBVRE (2007, capítulo 6:1), ressalta que o espaço abstrato, enquanto espaço social se subordina às manipulações quantitativas: estatísticas, programações, previsões; possuindo assim uma eficácia operacional. A tendência predominante vai, portanto em direção ao desaparecimento do qualitativo. Entretanto o qualitativo não se deixa absorver pelo quantitativo, ele reaparece espacialmente com o “tempo livre”.

“As pessoas em geral abandonam a partir de certo momento, o espaço do consumo que coincide com os lugares históricos da acumulação do capital, com o espaço da produção e o espaço produzido, aquele do mercado, aquele percorrido pelos fluxos e que é controlado pelo Estado, espaço, portanto, estritamente quantificado. Nesse momento, dirigem-se ao consumo do espaço. De que momento se trata? O momento da partida: as férias, momento primeiro contingente que se tornou necessidade. Então as pessoas exigem um espaço qualitativo. Essas qualidades intitulam-se: sol, neve, mar. Naturais ou simuladas, pouco importa. Nem o espetáculo, nem os signos são suficientes; a materialidade, a naturalidade são exigidas como tais, na imediação reencontrada (aparentemente ou realmente). (...). As contradições se desenvolvem: os urbanos querem encontrar uma certa “qualidade do espaço”. (LEFEBVRE, A produção do espaço, capítulo 6:1).

Consideramos os apontamentos do autor importantes na medida em que contribuem para explicitar de que forma o turismo é uma atividade que possui íntimas relações com o modo de produção capitalista, fundamentalmente com a questão de sua reprodução e conseqüentemente com a produção do espaço abstrato e de suas contradições. Nesta perspectiva, pensaremos as implicações do turismo no modo de

---

<sup>3</sup> OURIQUES (2005:25/26).

<sup>4</sup> (LEFEBVRE, 2007, capítulo 6:8).

<sup>5</sup> “A contradição quantidade-qualidade não se define por uma oposição (binária), mas por um movimento de três termos: do espaço de consumo ao consumo do espaço, pelo lazer e no espaço de lazer, ou ainda: do cotidiano ao não-cotidiano, através da festa (celebrada ou não, simulada ou “autêntica, do trabalho ao não-trabalho, através da suspensão e do questionamento (meio fictícios, meio reais) do labor” (LEFEBVRE, 2007, capítulo 6:2).

vida dos lapinhenses através da análise das contradições fundamentada no conceito de diferença.

É na perspectiva da produção do espaço abstrato que consideramos o conceito de diferença como uma possibilidade de compreender os conflitos da/na situação de fronteira em questão nesta pesquisa. Analisar as implicações do turismo no modo de vida dos lapinhenses, é também, em uma acepção mais ampla, pensar sobre as (im) possibilidades de realização do modo de produção capitalista e da modernidade na Lapinha. Como enfatizado por LEFEBVRE (A produção do espaço) em diversos momentos, as relações sociais só se realizam espacialmente. Nesta perspectiva, para que possamos compreender de que forma as relações sociais capitalistas e modernas se realizam e quais são suas implicações práticas na vida dos lapinhenses, consideramos fortuito refletir acerca da produção do espaço abstrato na Lapinha, assim como, sobre suas contradições. Tendo em vista que, o espaço abstrato que serve de instrumento à dominação tende a abolir as diferenças para impor a homogeneidade abstrata<sup>6</sup>.

É necessário estar atento a um dos mais gritantes paradoxos do espaço abstrato. “Ele pode ser tanto o conjunto de lugares onde nascem as contradições, o meio onde elas se desdobram e que elas estraçalham, e por fim, o instrumento que permite abafá-las, substituindo-as por uma aparente coerência” (LEFEBVRE, 2007, capítulo 6: 8). É nesta perspectiva que analisaremos as condições de trabalho dos lapinhenses na nova sociabilidade constituída pelas relações capitalistas. Trata-se de pensar de que forma os empregadores “urbanos” tentam abafar as contradições anulando as diferenças “reais”.

“Homogêneo, esse espaço abole as diferenças, entre outras aquela do dentro e do fora que ele tende a reduzir na indiferenciação do visível-lisível. Simultaneamente esse mesmo espaço é esmigalhado, fraturado segundo exigências da divisão do trabalho, das necessidades e funções, até o limite da tolerabilidade freqüentemente superado” (LEFEBVRE, 2007, capítulo 6: 3).

Todavia, a produção do espaço abstrato não se realiza de forma pacífica. A tentativa de anular as diferenças, ignorando-as ou “recriando-as”, não se realiza nunca de forma plena, as diferenças “reais” não se deixam domesticar tão facilmente. Há conflitos e é importante conhecê-los. Consideramos que refletir sobre a Lapinha enquanto *fronteira* é muito válido para o alcance de tal objetivo.

Nesta perspectiva, trataremos agora, da situação da Lapinha enquanto *fronteira*, nos termos de MARTINS (1997). A noção do autor de *fronteira* não é uma concepção teórica isolada das práticas que lhe significam e que são significadas por ela. O autor pensa sobre a *fronteira* como lugar do (des)encontro entre diferenças e diferentes. Nesta perspectiva, pensaremos Lapinha como uma *fronteira* recentemente constituída a partir do crescimento da atividade turística. A noção de MARTINS (1997) é importante para situarmos o debate da diferença em Lapinha no contexto do turismo e do (des)encontro entre Lapinha, enquanto lugar onde há a predominância de relações não-capitalistas de produção, e o turismo inserido na lógica ampla de produção/reprodução capitalista.

Consideraremos Lapinha como uma *fronteira* a partir das considerações de Martins que ressalta: “o que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no Brasil é justamente, a situação de conflito social. (...) Na minha interpretação, *nesse conflito*, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso o

---

<sup>6</sup> LEFEBVRE (2007, capítulo 6:12).

que faz dela uma realidade singular” (MARTINS, 1997:150). O autor considera que em um primeiro momento a fronteira é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro, de desencontro e dos conflitos decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um destes grupos humanos<sup>7</sup>.

“A fronteira de modo algum se reduz à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano” (MARTINS, 1997:13)

Pensaremos a *fronteira* constituída, principalmente a partir do turismo, na perspectiva da coexistência de diferentes modos de vida, isto é, temporalidades e formas de produzir/reproduzir o espaço distintas. É disto que se trata o (des)encontro entre a Lapinha e o turismo. O autor ressalta a impossibilidade de analisar a realidade dos protagonistas da fronteira de outro modo que não seja como momento de uma totalidade dialética e, portanto, momento de contradição e lugar de conflito.

Em relação à impossibilidade de analisar a realidade dos protagonistas da fronteira de outro modo que não seja como momento de uma totalidade dialética, MARTINS (1997) enfatiza os problemas da redução do conflito na fronteira aos seus aspectos propriamente econômicos. Desta forma, ele alerta para não considerarmos a fronteira apenas em relação a uma das faces de reprodução ampliada do capital: a sua reprodução extensiva e territorial, essencialmente mediante a conversão da terra em mercadoria e, portanto, em renda capitalizada, indicada também, pela expansão dos negócios imobiliários nas áreas de fronteira, como pode ser observado em Lapinha. Assim a abordagem se fecha em uma das dimensões da reprodução capitalista do capital. O autor ressalta que é importante estar atento a uma forma de expansão do capital que não pode ser qualificada como caracteristicamente capitalista<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> MARTINS (1997:150/151).

<sup>8</sup> Em relação a essas duas possibilidades de abordagens do tema da fronteira, o autor as contextualiza associadamente às abordagens geográfica e antropológica, respectivamente em nosso texto. MARTINS ressalta então, que os estudiosos do tema da fronteira no Brasil se deparam com duas concepções de referência. Os geógrafos, desde os anos quarenta, importaram a designação de *zona pioneira* para nomeá-la. Já os antropólogos, sobretudo a partir dos anos cinquenta, definiram estas frentes de deslocamento da população civilizada e das atividades econômicas de algum modo reguladas pelo mercado, como *frentes de expansão*. O que temos nas duas definições, que não são propriamente conceitos, mas apenas designações através das quais os pesquisadores na verdade reconhecem que estão em face dos diferentes modos como os civilizados se expandem territorialmente. Desta forma, essas duas definições são, antes de tudo, modos de ver a fronteira, diferentes entre si, porque nos dois casos, são diferentes, os lugares sociais a partir dos quais a realidade é observada: o do chamado pioneiro empreendedor e do antropólogo preocupado com a impacto da expansão branca sobre as populações indígenas. (MARTINS, 1997:151 a 153). “O desencontro de perspectivas é, nesse caso, essencialmente expressão da contraditória diversidade da fronteira, mais do que produto da diversidade de pontos de vista sobre a fronteira. Diversidade que é sobretudo, diversidade de relações sociais marcadas por tempos históricos diversos e, ao mesmo tempo, contemporâneos” (MARTINS, 1997:156).

No contexto empírico desta pesquisa, os protagonistas da fronteira são os lapinhenses. Trata-se de um modo de vida específico que constituiu uma unidade social. Desta forma, nossa atenção se volta para as maneiras como eles se posicionam na recente sociabilidade constituída a partir do crescimento da atividade turística. Sociabilidade esta, que como ressaltado por MARTINS (1997) se constitui diferentemente daquelas que caracterizam as regiões urbanas onde os processos da reprodução ampliada do capital se realizam em outro ritmo, muito embora, esta nova sociabilidade seja fundamentalmente definida por estes processos. É importante considerar a ênfase do autor para o fato de que na fronteira as relações sociais (e de produção) são predominantemente relações não capitalistas de produção mediadoras da reprodução capitalista do capital.

O encontro de relações sociais, mentalidades, orientações historicamente descompassadas, introduz a mediação de relações de poder na definição do sentido das relações mais “atrasadas” e frágeis. Portanto, de acordo com Martins, é mais coerente nos referirmos a relações diferentes, com outras datas e outros tempos históricos. Desta forma, o “atraso” aparece, na verdade, como diferença<sup>9</sup>.

“As relações mais avançadas, mais caracteristicamente capitalistas, por exemplo, não corroem nem destroem necessariamente as relações que carregam consigo a legitimidade de outras épocas. Portanto, nesses casos, a diferença não tem sentido como passado, mas como contradição e nela como um dos componentes do possível histórico de uma sociedade diversificada, que ganha sua unidade na coexistência das diferenças” (MARTINS, 1997:183).

É nesta perspectiva que pensaremos de que forma a diferença se constitui na sociabilidade da fronteira. Identificaremos no contexto empírico, os aspectos concretos, no caso deste artigo, as relações de trabalho, que podem explicitar os processos pelos quais o turismo se apropria das diferenças. Assim como, de que forma as relações capitalista destroem ou não relações constituídas por outra temporalidade. Entretanto, anteriormente a isto, refletiremos acerca da relação dialética abstração-concretude e da condição conceitual da diferença.

### **O pensamento dialético e o conceito**

Se ressaltamos o conceito de diferença como possibilidade possível para compreender os conflitos na Lapinha, consideramos necessário explicitar o que entendemos por conceito. Trata-se então, de trazer à tona o movimento entre a abstração e a concretude da pesquisa.

KOSÍK (1969) no início de seu livro considera que o pensamento dialético distingue duas formas e dois graus de conhecimento da realidade, a representação e o conceito da coisa e que a “coisa em si” não se manifesta ao homem imediatamente, sendo necessário um esforço reflexivo.

“A atitude primordial e imediata do homem, em face da realidade, não é a de um abstrato sujeito cognoscente, de uma mente pensante que examina a realidade especulativamente, porém a de um ser que age objetiva e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce a sua atividade prática no trato

---

<sup>9</sup> MARTINS (1997:183).

com a natureza e com os outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais” (KOSKÍK, 1969:9/10).

O autor ressalta então a “imediate intuitiva prática da realidade” do indivíduo que “cria suas próprias representações das coisas e elabora todo um sistema correlativo de noções que capta e fixa o aspecto fenomênico da realidade” (KOSKÍK, 1969:10). Koskík considera ainda as formas fenomênicas da realidade como um conjunto de representações ou categorias do “pensamento comum” que se distinguem do conceito.

“A práxis utilitária imediata e o senso comum a ela correspondente colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e de manejá-las, mas não proporcionam a compreensão das coisas e da realidade” (KOSKÍK, 1969:10).

É nesta perspectiva que consideramos importante a elaboração de um caminho que “alcance” o conceito. DAMIANI<sup>10</sup> alerta para o fato de que há uma incompreensão sobre o que é um conceito. Principalmente por dois motivos. Um refere-se a uma volta ao empiricismo devido a potência que os conceitos atingiram na contemporaneidade o que os torna de difícil apreensão. O outro motivo ressaltado pela autora é um pragmatismo puramente mercadológico. Para não cair nestes riscos, é importante entender o que é um conceito. Como sugerido por ela, o conceito não é um fato, ele reuni processos. Desta forma o conceito tem uma conotação temporal, de maneira que, ele não é o que existe, ele abrange um movimento de vir a ser, que ilumina o movimento do que foi, do que é, e a projeção de uma finalidade. A autora ressalta ainda que o conceito, internamente, inclui um movimento dialético de continuidade e descontinuidade e que as discussões conceituais têm que se haver com a correspondência problemática entre nossa consciência e a prática.

LEFEBVRE (2007) discutindo acerca das contradições da sociedade, por exemplo, entre as forças produtivas de produção e as relações de produção, ressalta que elas se revelam no espaço, no nível do espaço, engendrando as contradições do espaço. O autor considera que as contradições descobertas se formulam sobre um plano conceitual-teórico aparentemente abstrato, isto é, sem relação com os fatos, com a empiria. “Claro está que não é nada disso. Estas formulações correspondem a fatos: elas concentram um grande número indefinido de experiências. (...). Mas o empirismo recusa chamá-las de “contradições”; ele não admite incoerências, dis-funções; ele não quer dar forma teórica a suas constatações, que desde então ele arranja em grupos logicamente encadeados” (LEFEBVRE, 2007, capítulo6:5). É necessário estar atento aos riscos do empirismo e a importância do pensamento dialético e da teoria.

“A teoria recobre o domínio inteiro do conhecimento e da reflexão sobre o conhecimento. Ela vai do *concebido* ao *vivido*, isto é, do conceito sem vida, à vida sem conceito. Ela vai enfim, da lógica à dialética e as une, situando-se em sua articulação. Ela se aproxima por um lado, da teoria da coerência, portanto,

---

<sup>10</sup> Fala da professora Amélia Damiani em palestra no IGC/UFMG no dia 20/09/2008.

da identidade (no fundo tautológica) e de outro, da teoria das contradições (no limite antagonísticas).” (LEFEBVRE, A produção do espaço, pág.12).

Lefebvre ressalta que a importância da teoria está relacionada a um dos conflitos profundos imanentes ao espaço. Trata-se da questão de que o espaço “vivido” impede a expressão dos conflitos. Para compreendê-los, é preciso percebê-los sem cair nas representações do espaço, tal como ele é geralmente concebido. Uma teoria que supere tanto o espaço de representação como a representação do espaço é necessária, assim como, a formulação das contradições entre estes<sup>11</sup>. É importante então discernir a concretude da realidade das representações que são feitas dela.

### **Diferença e unidade: a importância da totalidade e da crítica ao etnocentrismo**

A proposta deste tópico é a elaboração de uma reflexão sobre a diferença, na qual ressaltaremos os riscos de uma apropriação restrita do conceito e da negligência de suas implicações históricas. Isto é, faremos um esforço para conhecer o debate que existe sobre este conceito, estando atento também, ao seu movimento ao longo da história do produção do conhecimento. O que queremos neste primeiro momento da reflexão sobre a diferença é pensar na condição conceitual deste termo e com isso, tentar reduzir os riscos de fundamentar a análise em simples definições e retóricas que não “alcançam” o conceito.

LEFEBVRE (1972) ressalta que a diferença, uma noção aparentemente banal, possui uma grande importância teórica e prática. Para ele esta noção possui alguma relação com o passado e com o possível. Este autor reforça ainda, a importância dos questionamentos gerados por esta noção: Quem difere de quem e de que? O que é exatamente diferir? Estamos destinados a perder nossas diferenças? Precisamos lutar por elas? Neste combate conquistaremos o que somos? A diferença é uma certeza ou uma possibilidade?<sup>12</sup>. A partir dos questionamentos do autor podemos tecer algumas considerações. A diferença central para esta pesquisa, pontualmente, é aquela entre turistas e lapinhenses, e em uma perspectiva mais ampla, trata-se daquela entre o “urbano” e a Lapinha como um espaço constituído predominantemente por relações não-capitalistas.

É importante ressaltar que diferenças e particularidades são termos que carregam sentidos distintos. De acordo com LEFEBVRE (1955) as particularidades são inerentes à especificidade dos lugares (particularidades *naturales*). O autor acrescenta ainda, que sempre houve diferenças reais, muito antes dos filósofos e dos lógicos procurarem apreendê-las através do pensamento. Inicialmente estas diferenças existiam como propriedades naturais, em um estado de particularidades ligadas a condições e circunstâncias locais. Em um estado inicial as pessoas que viviam as diferenças não as representavam como tais, as pessoas eram assim e não de outra maneira, não sabiam por que. Lentamente, se apresenta um período em que as particularidades naturais se põem em contato, se enfrentam. Nesse momento se inicia uma história, e assim nasce de um confronto, uma “compreensão” da diferença concebida, percebida, falada e escrita. Assim, processualmente, as particularidades se convertem em diferenças, e nasce a

---

<sup>11</sup> LEFEBVRE (2007, capítulo 6:8).

<sup>12</sup> LEFEBVRE (1972:02).

diferença<sup>13</sup>. A emersão da diferença sugerida por Lefebvre está vinculada à modernidade e ao conhecimento científico moderno.

Para situar, nesta reflexão, as considerações de LEFEBVRE acerca da emersão do conceito de diferença relacionada a produção do conhecimento científico de forma geral, retomaremos um pouco a história da colonização da América. Grosso modo, consideramos que foi neste momento, principalmente, que as *particularidades naturais* se põem em contato e se enfrentam, sendo que a partir deste confronto, nasce uma “compreensão” da diferença. Desta forma, estamos situando esta discussão, sobre o conceito de diferença, de forma associada a produção do conhecimento científico ocidental. Retomaremos um pouco a história para conhecer o conteúdo deste conceito em diferentes momentos da produção do conhecimento ocidental. MONTEIRO ajuda-nos a esclarecer porque consideramos problemático negligenciar a forma como a diferença foi sendo concebida, de certa forma, hegemonicamente pelo ocidente:

“Desde que as sociedades existem, mantêm relações entre si. Não é possível, pois conceber uma cultura tão isolada que não tenha nenhuma espécie de relação com as outras. (...) Isto significa que todas as culturas constroem categorias para conhecer, classificar e pensar o Outro. (...). Se o fenômeno da percepção e classificação da alteridade é universal, apenas o ocidente construiu, consistentemente, ao longo da história de sua expansão, julgamentos sobre o Outro que fizeram submetê-lo e localizá-lo em posição de inferioridade” (MONTEIRO, 1997: 49/50).

Ao longo dos grandes momentos de expansão territorial da Europa muitas noções constituíram-se no intuito de atribuir sentidos às práticas de dominação. Dentre estas noções MONTEIRO (1997) destaca a de “bárbaros”, “pagãos”, “selvagens” e “primitivos”. De acordo com a mesma autora, a Europa medieval herdou o conceito greco-latino de barbárie, que inicialmente designava simplesmente os povos não-gregos e com o tempo adquiriu uma conotação pejorativa a partir da oposição civilização/barbárie. Esta dicotomia ganhou força com o desenvolvimento de filosofias humanistas tais como o cristianismo, e desta forma, a Europa medieval identificou o bárbaro ao pagão. As imagens construídas até este momento situavam dentro dos esquemas de percepção da antiguidade clássica e sua visão medieval do fantástico e do monstruoso, convicções que eram sempre anteriores à experiência<sup>14</sup>. Posteriormente, a descoberta da América transforma significativamente a maneira pela qual os europeus ocidentais formulavam suas questões acerca da diferença.

“O descobrimento da América, pelo modo como obrigou os europeus a classificar e descrever o mundo natural e humano

---

<sup>13</sup> LEFEBVRE (1972:42/43).

<sup>14</sup> MONTEIRO(1997:51 a 53).



desconhecido deu margem a uma profunda revolução no modo de perceber o outro. (...) Mas o que sobressai nas considerações dos antigos e dos primeiros conquistadores do século XVI sobre as diferenças naturais e humanas é a dificuldade de identificar no homem americano outro e reconhecê-lo como diferente... (...). Assim, o padrão descritivo predominante buscava no Outro o seu equivalente: os observadores não estavam interessados em descrever objetivamente a alteridade e identificar nela as diferenças culturais; tratava-se antes de avaliar o comportamento dos povos para justamente eliminar essa alteridade e colocar esses perturbadores homens nos esquemas de classificação baseados na bíblia e nos autores gregos” (MONTEIRO, 1997:53).

Este “histórico” da forma como o ocidente concebeu a diferença está vinculado ao tema da modernidade, e mais especificamente a certa definição de modernidade e ao seu “novo código de valores” - a ciência -, como sugerido por GOMES (2000). O autor acrescenta que “a análise das modificações dos valores durante a modernidade retém a hipótese de que na base destes valores modernos há um duplo fundamento formado pelo par novo/tradicional. Estas duas noções existem há muito tempo, mas somente a partir da modernidade elas se constituíram em um verdadeiro sistema de valores” (GOMES, 2000:29). Nesta perspectiva um dos traços mais marcantes da época moderna foi o novo lugar conferido à ciência, sendo que, o discurso do saber é sem dúvida a interface que atravessa o conjunto de discussões da modernidade. O autor ressalta também, a importância da geografia, desde a antiguidade, na descrição e criação de uma imagem de mundo, portanto, na construção das imagens das diferenças no mundo.

Na perspectiva do conhecimento científico produzido sobre os outros e suas diferenças, exaltamos aqui a antropologia, por ser esta “ciência que se pôs como objeto o conhecimento da diferença cultural” (MONTEIRO, 1997:47). Retomaremos um pouco a história da antropologia, para iniciarmos a discussão sobre a importância da totalidade na reflexão conceitual sobre a diferença. A primeira corrente de pensamento do conhecimento científico moderno antropológico, foi o evolucionismo<sup>15</sup>. A partir desta linha de pensamento “desaparece o selvagem como singularidade exótica; ele se transforma na expressão ordenada da natureza humana, no homem dos primórdios da humanidade, o nosso primitivo” (MONTEIRO, 1997:54).

A perspectiva evolucionista<sup>16</sup> da noção de unidade dissolve as diferenças reais em classificações raciais e sociais, fortalecendo assim, as concepções etnocêntricas das

---

<sup>15</sup> Lefebvre (1969) ressalta que Marx e Lênin já reprovavam o evolucionismo por negligenciar os acidentes da evolução.

<sup>16</sup> O evolucionismo social tem relação com o social-darwinismo e representa a primeira teoria de evolução cultural. O postulado básico do evolucionismo cultural, em sua fase clássica, apontava que em todas as partes do mundo, a sociedade humana teria se desenvolvido em estágios sucessivos e obrigatórios, em uma trajetória basicamente unilinear e ascendente; trata-se de uma teoria monogenista: a humanidade foi uma só em sua origem. A antropologia evolucionista não demonstrou muita preocupação com as particularidades dos povos e nem com a veracidade dos relatos etnográficos, trabalhava-se com fontes secundárias, consolidando a antropologia de gabinete.

diferenças, trata-se então, da diferença concebida. Em relação ao conhecimento científico antropológico, Mauss é sem dúvida uma referência fundamental no que se refere às rupturas com o pensamento evolucionista<sup>17</sup>. Ele recusa-se ater-se ao que as sociedades têm em comum, negligenciando a questão central das diferenças. Referenciamos Mauss aqui, para exaltar a ruptura de seu pensamento com a concepção de unidade como uma totalidade fechada e predeterminada. LEFEBVRE (1955) ressalta a proposta de Mauss de superar a sociologia positivista, que se preocupava, sobretudo em distinguir instituições (religiosas, jurídicas, morais, econômicas, etc.), desprezando em sua análise a noção de totalidade.

No pensamento evolucionista o conceito da diferença é fundamentado em uma unidade pré-determinada, aquela referente, a grosso modo, à humanidade européia ocidental. É disso, que MONTEIRO fala quando alerta para o fato de que, no momento da colonização da América, o “padrão descritivo dominante” (de forma geral, a produção do conhecimento pela Europa ocidental) buscava no outro o seu equivalente, a partir da concepção de unidade da humanidade, determinada a priori e equivalente aos seus próprios padrões. A questão não era exaltar a alteridade e conhecer as diferenças “reais”, e sim, eliminar esta alteridade e enquadrar o Outro nas classificações da Europa ocidental. Pierre Clastres também ressalta a importância de ter atenção aos riscos do “etnocentrismo que mediatiza todo olhar sobre as diferenças para *identificá-las* e finalmente aboli-las” (CLASTRES, 2003:32).

“O etnocentrismo não é, portanto um entrave superficial à reflexão e as suas implicações têm mais consequências do que se poderia crer. Ele não pode deixar subsistir as diferenças (cada uma por si) em sua neutralidade, mas quer compreendê-las como diferenças determinadas a partir do que é familiar, o poder tal como ele é experimentado e pensado na cultura ocidental. O evolucionismo, velho compadre do etnocentrismo, não está longe” (CLASTRES, 2003:33).

Queremos esclarecer então, que consideramos a noção de unidade importante na concepção das diferenças, mas não podemos pensar esta unidade de forma que as diferenças concebidas anulem as particularidades reais, sendo necessário pensá-la na contemporaneidade das diversas temporalidades. Desta forma, é importante que pensemos o conceito da diferença de forma associada a unidade e a globalidade da humanidade, porém, desde que esta reflexão seja orientada por uma totalidade em movimento de vir a ser e não como algo fechado e determinado a priori. Em suma, pensaremos a diferença na Lapinha enquanto *fronteira* a partir da coexistência de temporalidades diversas vinculada ao movimento mais amplo de produção/reprodução da humanidade.

### **As implicações do turismo no modo de vida dos lapinhenses: as diferenças na perspectiva do trabalho**

---

<sup>17</sup> DUMONT (2000: 11/12).

Retomando a discussão realizada até aqui, ressaltamos três aspectos fundamentais desta reflexão. O primeiro refere-se às possibilidades do conceito de diferença no que se refere à compreensão dos conflitos gerados pelas contradições do espaço abstrato. O segundo aspecto está relacionado à necessidade do pensamento dialético no processo de apreensão das contradições e dos conflitos, discernindo neste processo, as representações do espaço e os espaços de representação. O terceiro e último aspecto refere-se às relações entre diferença, unidade e totalidade no sentido de mostrar a importância de não sobrepor a unidade perante a diversidade, subsumindo conseqüentemente as diferenças “reais”, tal como alerta Lefebvre.

Lefebvre ressalta que os conflitos e contradições do espaço, se resolvem produzindo diferenças imprevistas, ou bem se reabsorvem, deixando apenas as diferenças induzidas (internas ao espaço dominante). O autor ressalta ainda, que é necessário passar da diferença induzida (oposição) à contradição e a diferença produzida (superação). No contexto desta pesquisa, trata-se de pensar, de que forma o espaço abstrato substitui as diferenças por signos diferenciais, isto é, as diferenças produzidas suplantadas antecipadamente pelas diferenças induzidas e reduzidas a signos<sup>18</sup>.

Tentaremos mostrar a partir da questão do trabalho as relações entre diferenças “reais”, diferenças concebidas (representadas) e as reações a estas últimas da/na Lapinha no contexto do turismo. Pensemos então, nas particularidades naturais da Lapinha, nas suas diferenças “reais”. Como sugerido por Lefebvre e já ressaltado neste artigo, antes das particularidades naturais, ligadas a condições e circunstâncias locais, se confrontarem, elas não eram representadas. As diferenças eram vividas e não representadas. A partir do confronto nasce uma “compreensão” da diferença. Como consideramos neste artigo a situação de confronto será pensada na perspectiva da situação de fronteira. Trata-se então, de pensar a situação de conflito instituída pelo turismo, a qual se refere ao (des)encontro entre lapinhenses e “urbanos”.

Não desconsideramos aqui as situações de contato dos lapinhenses anteriores ao turismo, mas o que nos interessa é o contato estabelecido com o modo de vida urbano e conseqüentemente com o modo de produção capitalista e a modernidade. É este (des)encontro que caracteriza a situação de fronteira. Nesta perspectiva, pensaremos nas condições de trabalho dos lapinhenses e nas mudanças das mesmas, para demonstrar o movimento da diferença na Lapinha e suas possibilidades analíticas no que se refere às implicações do turismo no modo de vida dos lapinhenses.

Anteriormente ao turismo, os lapinhenses viviam, sobretudo, de atividades agropastoris. A partir da década de 80, os lapinhenses mais jovens começaram a despertar para as “oportunidades” de trabalho na região metropolitana de Belo Horizonte. Alguns moraram na região metropolitana por muitos anos e outros não voltaram mais para a Lapinha. Dentre os lapinhenses que retornaram, a maioria justifica o regresso de forma associada às novas “oportunidades” geradas pelo turismo. Entretanto, há muitos lapinhenses que não saíram da Lapinha e não conviveram com as condições de trabalho do modo de produção capitalista, sendo que nota-se de forma geral, uma dificuldade maior por parte destes em termos de adaptação à nova concepção de trabalho.

Antes de adentrarmos na questão dos empregos e das mudanças nas condições de trabalho dos lapinhenses é importante tecermos considerações acerca das representações que o turismo faz da Lapinha, também no intuito de divulgá-la enquanto ‘produto turístico’. O próprio termo já diz muito do que se trata esta representação.

---

<sup>18</sup> LEFEBVRE (Idem:23).

Lapinha é divulgada aos potenciais fluxos turísticos, concentrados nos centros urbanos, como um produto ecoturístico, como um espaço dotado de belezas naturais a serem consumidas. É comum em Lapinha ouvirmos dos empreendedores turísticos, sobretudo pessoas da região metropolitana, que a Lapinha não tem “cultura”, que lá as pessoas não fazem artesanato, as mulheres não fazem doces e nem balaios de palha. A única loja de artesanato do povoado pertence a pessoas de Belo Horizonte que possuem casas em Lapinha. É curioso pensarmos este aspecto associado a iniciativas de empreendedores turísticos da Lapinha de promover cursos de capacitação aos moradores do povoado. Desde 2004 uma média de 10 cursos foi oferecida aos lapinhenses através, principalmente, de parcerias entre a prefeitura e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR. Dentre os cursos oferecidos, todos, direta ou indiretamente, estão relacionados à prestação de serviços para o turismo. Entretanto, de forma geral, os lapinhenses não se interessam por estes cursos o que causa indignação por parte dos empreendedores que sempre apóiam estas ações da prefeitura.

Consideramos que tal recusa por parte dos lapinhenses mostra certa resistência dos lapinhenses em relação às propostas institucionais. Consideramos também, que tais propostas estão intimamente relacionadas à necessidade por parte dos “gestores” do turismo de domesticar a diferença dos lapinhenses. O que queremos ressaltar é que tais cursos objetivam também, “enquadrar” o lapinhense na lógica do turismo, isto é, do modo de produção capitalista. É necessário, nesta perspectiva, anular as diferenças “reais” dos lapinhenses através da diferença representada pelo turismo, e mais especificamente pelo poder público e privado.

As diferenças reais dos lapinhenses, na maioria das vezes, não são interessantes para o turismo. O que queremos dizer é que, essas diferenças perpassam hábitos e costumes, muito distintos daquele referente ao modo de vida urbano. A exemplo dos hábitos relacionados à higiene pessoal. Até 2000, a maioria dos lapinhenses não possuía banheiros em casa, os hábitos em termos de satisfação das necessidades fisiológicas eram outros. Até hoje há moradores que não os possui e há ainda aqueles, principalmente pertencentes à geração antiga do povoado, que possui banheiros em casa, mas que não consegue usá-los, mantendo os antigos hábitos, mesmo que seja cada vez mais trabalhoso, já que o parcelamento do solo em Lapinha encontra-se em crescimento progressivo, de forma que, os “espaços públicos” e as áreas de mata são cada vez mais escassos. A prefeitura de Santana do Riacho fez sua interferência no que se refere a esta questão, custeando alguns banheiros para as famílias que ainda não os possuíam. É compreensível frente ao acelerado “crescimento urbano” da Lapinha a preocupação em termos de higiene sanitária, entretanto, tendo em vista que não há rede de esgoto no povoado, sendo o sistema predominante as “fossas negras”, consideramos que a questão central, trata-se da necessidade de mudança de hábitos e comportamento dos lapinhenses, para que assim, o contato com o turista e com o “empregador” torne-se menos conflitante. O conflito emerge, primeiramente, do contato dos lapinhenses com os “empregadores”.

Os primeiros empregos gerados pelo turismo são aqueles relacionados às atividades de caseiro e faxineira. Assim que os primeiros turistas compraram terrenos, eles logo demandaram pelos serviços dos lapinhenses. Todos os empregadores explicitam a dificuldade de se combinar com os lapinhenses questões relacionadas ao serviço a ser prestado e ao pagamento. Alguns os chamam de “maus” trabalhadores, preguiçosos e ingratos, já que os proprietários de casas e empreendimentos turísticos consideram que geram benefícios à comunidade por gerarem empregos. Consideramos que este conflito declarado entre Lapinhenses e empregadores refere-se não à preguiça

dos lapinhenses, mas à diferença das concepções de trabalho destes e dos empregadores “urbanos”.

Consideramos o conflito declarado pelas várias situações que já podemos observar na Lapinha. No ano de 2004, um proprietário de terras de Belo Horizonte contratou alguns lapinhenses para cercarem uma parcela de suas terras. Entretanto, tal cercamento poderia impedir o acesso dos lapinhenses a este local. Os lapinhenses que foram contratados fizeram o serviço e receberam por ele. Na madrugada subsequente ao término do serviço os mesmos lapinhenses foram lá e picotaram toda acerca que haviam colocado.

Já no ano de 2005, alguns proprietários dispensaram seus caseiros, devido, de forma geral, a falta de acordo entre empregadores e lapinhenses. Perante a isto, os lapinhenses realizaram algumas “intervenções”<sup>19</sup> no sentido de “conscientizar” os forasteiros, da importância de se ter um caseiro, mesmo que o serviço seja prestado somente em partes, de acordo com a vontade dos empregadores. É muito comum também, o descumprimento do “contrato” de trabalho por parte dos lapinhenses. Assim como, o descumprimento do “trato”<sup>20</sup> por parte dos empregadores. Trata-se então de duas maneiras de lidar com a relação de trabalho. De forma que, os lapinhenses não compreendem os motivos pelos quais os empregadores não estão satisfeitos com os serviços prestados como caseiros e sentem-se injustiçados perante o fato. O que queremos ressaltar é que o “contrato” de trabalho estabelecido pelo empregador lhes é estranho. Da mesma forma os empregadores não entendem de que forma romperam o “trato” e se indignam perante a “revolta” dos lapinhenses. Entretanto, a questão não é tão simples. É necessário pensar até que ponto a falta de compreensão de ambas as partes se dá de forma desinteressada.

Outro aspecto que é possível destacar no que se refere à falta de adesão dos lapinhenses ao discurso de que o “trabalho dignifica o homem”, relaciona-se a questão das casas de aluguel. De forma geral, os lapinhenses que possuem casas de aluguel não se interessam na prestação de serviços relacionada ao turismo. Isso acontece devido ao fato de que nas épocas de temporada, quando a demanda por estes serviços é grande, geralmente, as casas dos nativos estão alugadas, o que contribui para o desinteresse dos mesmos em relação aos trabalhos oferecidos. É comum em épocas de temporada ver pessoas de fora do povoado trabalhando nos comércios, por não haver lapinhenses interessados. É válido ressaltar também, que os lapinhenses querem aproveitar as festas e o movimento dos feriados. Muitas vezes, eles “tratam” de trabalhar em um determinado feriado, mas desistem e rompem o “contrato” sem se preocupar com as implicações disso para o empregador.

O que estamos querendo ressaltar é que é possível situar o conflito nas relações de trabalho entre empregadores e lapinhenses na questão da diferença entre a lógica de acumulação capitalista dos empregadores e entre a concepção de trabalho e de satisfação das necessidades dos lapinhenses. Em suma, o conflito deve-se a simultaneidade das diferentes temporalidades dos empregadores e dos lapinhenses. Trata-se então da diferenças de ritmos de produzir/reproduzir a vida. Consideramos que até o presente momento o turismo não afetou cabalmente o modo de vida dos lapinhenses. Obviamente, que houve muitas transformações e que, como já ressaltamos,

---

<sup>19</sup> Chamamos aqui “intervenções”, ações de alguns lapinhenses que se organizaram para romper as restrições da propriedade privada, mostrando aos proprietários “urbanos”, que, em determinados aspectos, quem possui as rédeas da situação, são mesmos os lapinhenses que estão cotidianamente na Lapinha. Enquanto que, as pessoas externas à comunidade vivem, sobretudo, na região metropolitana, de forma que não podem estar sempre na Lapinha para zelar pelos seus bens.

<sup>20</sup> Esta é a forma como os lapinhenses se referem a um determinado “acordo” de trabalho.

o turismo instituiu uma nova sociabilidade no espaço da Lapinha. É verdade que cada vez mais os lapinhenses aderem às relações capitalistas de trabalho, tornando-se empregados dos empreendedores turísticos. Entretanto esta adesão é processual, de forma que é possível considerar que os lapinhenses ainda possuem alguma autonomia. Isso se deve principalmente ao fato, de que a geração adulta do povoado ainda possui algumas parcelas de terra. Há quem possua apenas o terreno onde mora. Mas o fato é que todos os lapinhenses ainda possuem um pedaço de terra para o plantio de pequenas roças e hortas, assim como, para a criação de algumas galinhas.

É nesta perspectiva que consideramos a autonomia relativa dos lapinhenses. É, sobretudo, devido a este aspecto, que os lapinhenses ainda possuem certo poder de escolha no que se refere à adesão ou não às relações capitalistas de trabalho. Desta forma, ressaltamos que, até o presente momento, é possível perceber uma continuidade no que se refere às relações constitutivas da unidade social dos lapinhenses, trata-se nesta perspectiva, de considerar as possibilidades de manutenção do modo de vida dos mesmos. Resta saber, como as gerações seguintes se posicionarão frente à “nova” sociabilidade instituída pelo turismo e perante a escassez em termos de herança de terras.

### **Bibliografia**

**GOMES**, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

**LEFEBVRE**, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice B. Pereira e Sérgio Martins. [S.i.S.n.], 2007. Inédito. Título original: La production de l'espace. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000).

\_\_\_\_\_, Henri. **Introdução à modernidade**. Tradução Jehovanira Chrysóstomo de Souza. Paz e Terra, Rio de Janeiro: 1969

\_\_\_\_\_, Henri. **Materialismo dialético e sociologia**. Lisboa: Presença, 1955

\_\_\_\_\_, Henri. **Manifesto diferencialista**. México, Espanha, Argentina: Siglo Veintiuno, 1972.

**MARTINS**, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: USP: Hucitec, 1997.

**MONTEIRO**, Paula. **Globalização, identidade e diferença**. Novembro de 1997 (artigo).

**KOSIK**, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

**OURIQUES**, Helton Ricardo. **A produção do Turismo: fetichismo e dependência**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005.